

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.243 - PR (2019/0149660-9)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : J J J
ADVOGADO : FERNANDO ROCHA BERESTINO - PR061463
AGRAVADO : M R C
ADVOGADO : HENRICO CÉSAR TAMIOZZO - PR058792

DECISÃO

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por J. J. J. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

" DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS - IMÓVEL - AQUISIÇÃO - PERÍODO DE CONVIVÊNCIA - ORIGEM DOS VALORES - DOAÇÃO DE ASCENDENTE DO CÔNJUGE - INCOMUNICABILIDADE DO PATRIMÔNIO. PARTILHA DAS BENFEITORIAS - ACOLHIMENTO - DISPENSABILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO MATERIAL - BENS MÓVEIS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA - PARTILHA DOS OBJETOS INCONTROVERSOS.

1. 'Nessa hipótese, o aumento patrimonial de um dos consortes prescinde da participação direta ou indireta do outro, sendo fruto da liberalidade de terceiros, razão pela qual, a doação realizada a um dos cônjuges, em relações matrimônias regidas pelo regime de comunhão parcial de bens, somente serão comunicáveis quando o doador expressamente se manifestar neste sentido e, no silêncio, presumir-se-á feitas apenas ao donatário.' (STJ, REsp 1318599/SP, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, julg. 23/04/2013.)

2. '(...) não se exige a prova do esforço comum para partilhar o patrimônio adquirido na constância da união. Na verdade, para a evolução jurisprudencial e legal, já agora com o art. 1.725 do Código Civil de 2002, o que vale é a vida em comum, não sendo significativo avaliar a contribuição financeira, mas, sim, a participação direta e indireta representada pela solidariedade que deve unir o casal, medida pela comunhão da vida, na presença em todos os momentos da convivência, base da família, fonte do êxito pessoal e profissional de seus membros.' (REsp 736.627/PR, Terceira Turma, Rel. Min. Menezes Direito, DJ 01.08.2006.)

3. Recurso de apelação conhecido e parcialmente provido" (fls. 1.425/1.426 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, além de divergência jurisprudencial, o agravante alegou violação dos arts. 227, parágrafo único, e 541 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, que deve ser reformado o acórdão recorrido para

"(...) integrar o imóvel objeto da matrícula 3.058 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Astorga/PR à partilha de bens do casal por estar comprovada a comunicabilidade do bem através da escritura pública de compra e venda como adquirido em esforço comum do casal, e

Superior Tribunal de Justiça

consequentemente, o afastamento da multa por litigância de má-fé aplicada" (fls. 1.577/1.578 e-STJ).

Afirmou que a doação feita sem escritura pública é nula e, na espécie, as formalidade concernentes à doação do bem imóvel não foram respeitadas, visto que todos os documentos acostados dão conta de que efetivamente houve uma compra e venda do imóvel em questão.

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No presente caso, as conclusões da Corte estadual acerca do não cabimento da partilha do bem imóvel em questão (Matrícula 3.058 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Astorga/PR) decorreram da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"(...)

Do imóvel objeto da matrícula 3.058 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Astorga-PR Afirma o apelante que o referido imóvel foi adquirido na constância da união estável e que, dessa forma, deverá integrar a partilha. Defende que os anteriores proprietários eram Sra. N. J. F. e Sr.

A. F., bem como o valor das prestações correspondia a R\$1.900,00 (mil e novecentos reais). Salienta que repassou o valor das parcelas para a ré, que fazia os pagamentos para os vendedores.

Contudo, da análise dos autos, não há qualquer prova que corrobore tais alegações.

A vendedora, N. J. F. afirmou que o imóvel foi vendido para a Sra. R. Y. W. por intermédio de uma corretora, sem a realização de escritura, e que, posteriormente, esta teria feito a venda para os pais da genitora, os quais doariam o bem para a filha como forma de adiantamento de herança (mov. 129.3). No mesmo sentido foi o depoimento de seu esposo, Sr. A. F. (mov. 129.4).

A corretora que intermediou o negócio, em 2010, Sra. E., disse que foi feito contrato de compra e venda em nome do pai da requerida, e que este colocaria o imóvel em nome da filha, a título de doação. Afirmou que quem reside na casa são os próprios adquirentes (mov. 96.9).

Esta circunstância é mais um indicativo de que a transferência do bem se deu de forma gratuita.

A antiga proprietária do bem, Sra. R. Y. W., informou que

Superior Tribunal de Justiça

vendeu o imóvel aos pais da requerida mediante contrato particular.

Afirmou que negociou somente com o casal e recebeu o valor por meio de transferência bancária (mov. 129.2).

Por fim, a genitora da ré e adquirente do imóvel, Sra. T. N. C., disse que possuíam um outro filho, o qual havia falecido, e que transferiram um imóvel de sua propriedade para os netos. Em virtude disso, compraram a casa objeto da demanda e colocaram em nome da filha, para que não houvesse diferença (mov. 95.4/95.5).

Diante do depoimentos colhidos, verifica-se que foi unânime a informação de que os pais da ora apelada teriam adquirido o imóvel e transferido para ela, a título de doação, devendo permanecer fora da partilha.

A aquisição do patrimônio como fruto da liberalidade dos ascendentes (doação) somente seria comunicável ao casal se houvesse manifestação expressa do doador nesse sentido.

(...)

Esclareça-se que a situação apresentada configura claramente a hipótese prevista no art. 1.659, I, do Código Civil, que corresponde a uma das exceções à regra da comunicabilidade dos bens adquiridos após o início do constância do matrimônio.

(...)

A respeito da alegação de que a doação não seria válida, no caso, ressalte-se que a dispensa do cumprimento de algumas formalidades legais não afasta a caracterização do ato como doação do imóvel em favor da apelada.

Para evitar a realização de duas escrituras públicas – uma de compra e venda do imóvel em nome dos genitores da ré como compradores, e outra de doação em favor da filha – e simplificar o procedimento, o negócio jurídico ocorreu na forma como apresentada, o que não implica qualquer consequência jurídica em relação à caracterização do negócio.

(...)

Assim, diante a ausência de provas que corroborem as alegações do autor, bem como da existência de elementos que caracterizam a doação, correta a r. sentença em excluir o imóvel da partilha" (fls. 1.430/1.435 e-STJ).

Assim, o eventual conhecimento do presente especial, no que se refere às questões relativas à ausência de cumprimento das formalidades para doação do bem imóvel, demandaria nova incursão fático-probatória que, como se sabe, é interditada a esta Corte Superior na via especial. Não é outra a inteligência do verbete sumular nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

No tocante ao afastamento da multa aplicada, a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, pois o recorrente não indicou especificamente quais os artigos de lei federal teriam sido contrariados pelo aresto recorrido, embora tenha se insurgido quanto à motivação da decisão, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos.

Consequentemente, incide a Súmula nº 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, registre-se, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, havendo sucumbência recíproca, em que cada parte se responsabiliza pela remuneração do seu respectivo patrono, sem a fixação expressa de valores, é incabível a majoração dos honorários advocatícios com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 (EDcl no AgInt no AREsp 1.080.730/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/4/2018, DJe 10/4/2018).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

